

O TRABALHO ASSOCIADO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR: NOTAS A PARTIR DAS FÁBRICAS RECUPERADAS BRASILEIRAS E ARGENTINAS

Henrique T. Novaes¹

RESUMO

Este artigo pretende abordar a educação escolar e não escolar nas Fábricas Recuperadas (FR) latino-americanas, especialmente no Brasil e na Argentina. Para atingir nosso objetivo, fizemos um breve balanço do momento histórico atual, caracterizado pelo avanço da barbárie, para depois tentar diferenciar as lutas anticapital das lutas pontuais. Na terceira e quarta seções narramos as principais positivities das FR (trabalho associado como princípio educativo) e as principais negatividades: a cooptação das mesmas pelo Estado ou a degeneração no mercado capitalista. Os projetos de educação profissional das FR, as demandas de conteúdo e forma escolar sinalizadas pelas FR foram expostas na quinta seção.

Palavras-chave: Trabalho Associado; Educação Escolar; Educação Não-Escolar; Fábricas Recuperadas; Autogestão.

THE ASSOCIATED LABOR AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE AND SCHOOLEUCATION: NOTES ABOUT BRAZILIANS AND ARGENTINEANS RECOVERED FACTORIES

ABSTRACT

This article aims to discuss the school education and other forms of education at Recovered Factories (RFs) in Latin America, especially in Brazil and Argentina. To achieve our goal, we made a brief assessment of the current historical moment, and then we try to differentiate the anti-capital struggles from the punctual struggles. In the third and fourth sections, we observed RF's positive aspects (Associated Labor as an educational principle) and the negative ones: the cooptation by the State or the degeneration at the capitalist market. The projects of professional education in RFs, the demands of school contents and form flagged by FRs were exposed in the fifth section.

Keywords: Associate Labor; School Education; Recovered Factories; Self-Management.

Introdução: O avanço da barbárie no final do século XX e início do século XXI

Este artigo pretende abordar a educação escolar e não escolar nas Fábricas Recuperadas (FR) latino-americanas, especialmente no Brasil e Argentina.²

Para atingir nosso objetivo, fizemos um breve balanço do momento histórico atual, para depois tentar diferenciar as lutas anticapital das lutas pontuais. Na terceira seção fizemos um breve retrospecto da primeira fase das lutas das Fábricas Recuperadas (daqui em diante FR) caracterizada por extrema criatividade, embriões de desalienação do trabalho e resgate dos princípios autogestionários. A quarta seção aborda a acomodação das fábricas na ordem do capital, a cooptação pelo Estado ou a degeneração das mesmas no mercado capitalista. Os projetos de educação profissional nas FR, as demandas de conteúdo e forma escolar sinalizados pelas FR foram expostos na quinta seção.³

Nesta introdução, gostaríamos de começar o artigo com a seguinte pergunta: por que lutar para a construção da sociedade dos produtores livremente associados é necessária e urgente?

Acreditamos que no século XXI a ordem do capital só irá produzir barbárie, na ausência de uma reversão da barbárie pelos trabalhadores. A destruição parcial ou completa do Estado de Bem Estar Social na Europa e a continuidade do Estado de Mal Estar Social no resto do mundo são consequências de uma sociedade irracional. Para dar alguns exemplos, o Papa – que renunciou - não tinha cara de papa, Berlusconi promovia festinhas *Bunga-Bunga* e tem explícita relação com a máfia, Sarkozy expulsou ciganos e promoveu reformas na previdência à revelia das manifestações de milhares de trabalhadores.

Na Espanha, Portugal e Grécia, 40% dos jovens estão desempregados e o Estado acumulou dívidas impagáveis. Na Inglaterra de 2011, os jovens protestaram contra a irracionalidade do capital e foram pedagogicamente punidos. A mídia do capital e o Governo inglês insistem em classificá-los como “vândalos sem causa”, obviamente desconsiderando as razões sociais da revolta. Dívida pública estratosférica, neofascismo, desemprego, subemprego, retorno da fome e da miséria na Europa são as palavras recorrentes numa região que conseguiu criar um capitalismo com rédeas e parcialmente desmercantilizado, mas ainda assim dentro da órbita do capital. Estamos nos referindo ao período 1945-1973.

O capitalismo sob hegemonia financeira, a turbo-mercantilização e o retorno da acumulação “primitiva” levou Otávio Ianni (2000) a dizer que estamos vivendo uma contrarrevolução mundial. Esta ofensiva do capital só pode sobreviver através do aumento da repressão, de guerras “preventivas”, da criminalização dos movimentos sociais, dos assassinatos de lideranças, tal como os que ocorreram recentemente na Amazônia.

Numa ponta o Estado promove a “pelourização” dos movimentos sociais e na outra uma imensa drenagem de fundos públicos para socorrer as crises mundiais. Para citar um exemplo latino-americano, a sociedade argentina reagiu ao processo de financeirização da sua economia no ano de 2001, que ganhou força a partir do duro golpe de 1976, que jogou as forças populares argentinas no chão. No ano de 2001, eles lutaram e disseram “Basta! Fora todos!” Era um sinal de cansaço das reformas neoliberais e da neocolonização da sociedade argentina. No entanto, a revolta popular e de parcelas da classe média em 2001 rapidamente se transformou numa proposta neodesenvolvimentista sob o manto da família Kirchner. Hoje temos uma Argentina dominada por corporações multinacionais, credores da dívida pública, fundos de pensão, bancos e o setor exportador de carne e couro, todos eles promovendo direta ou indiretamente a superexploração do trabalho, seja com carteira assinada ou através do subemprego. O país até cresce, mas aumentou o fosso entre as classes dominantes, de um lado, e as camadas intermediárias da sociedade e os trabalhadores, do outro.

No Brasil, a integração de parcelas dos trabalhadores à sociedade de consumo de mercadorias descartáveis e a geração de emprego precário somente aprofundam a alienação dos trabalhadores. Se Fernando Henrique Cardoso foi uma ave de rapina que liquidou o patrimônio público e destruiu a nação, o *PAC-to* de dominação da dupla Lula-Dilma é mais sofisticado, pois gera emprego e neutraliza as lutas dos movimentos sociais. FHC representava os interesses de curto prazo de um capital voraz, Lula e Dilma representam o capital que aprendeu com os erros dos anos 1990 e retoma estratégias de dominação de longo prazo, dando parcela mínima da renda aos miseráveis, criando o que Paulo Lima Filho e Macedo (2011) chamara de “pequena burguesia dos miseráveis”.

É na década de 1990, em troca do “apoio” internacional para a realização dessas políticas e da estabilização monetária, que a América Latina receberá grandes fluxos de capital financeiro de curto prazo. (DOS SANTOS, 2000). A “resposta” dada à crise de investimento dos anos 1970 em diante foi chamada pelos cientistas sociais de modelo neoliberal. Uma solução apontada pelo neoliberalismo para a crise de acumulação de capital foi a redução gradativa da atuação do Estado para o exercício de certas funções, que carregavam algum interesse “público”. Entre outras, foi naquela época que para efetivar essa máxima, o Estado produtor de bens e serviços foi taxado de “ineficiente” e dessa pressão surgiram inúmeras privatizações. Alguns autores latino-americanos resumiram a questão na seguinte expressão: Estado Mínimo para os trabalhadores e para a soberania nacional, Estado Máximo para o capital, principalmente para o capital financeiro. Os poros ou lacunas não mercadológicas foram fechados através das privatizações diretas e indiretas de universidades públicas, empresas estatais (minério de ferro, petróleo, gás, telecomunicações, etc.).

A adoção de políticas de ajustes estruturais na América Latina, na década de 1990, aprofundou a desindustrialização, destruiu empresas estatais, desmantelou a estrutura salarial e trabalhista e na perda de direitos sociais e da proteção social adquirida (SVAMPA; PEREYRA, 2003), levando ao aumento do desemprego, do subemprego, da indigência social e da dependência tecnológica (DOS SANTOS, 2000). Cabe ressaltar que esta reorganização do capitalismo mundial foi um dos principais fatores que levou a falência de muitas empresas brasileiras e ao surgimento das FR.

Azpiazu e Basualdo (2001), ao analisar os impactos das mudanças da década de 1990, observam que houve na Argentina um aprofundamento dos processos de concentração e centralização de capital, o que resultou na reconfiguração do poder econômico neste país. A maioria das 200 maiores empresas está nas mãos do capital estrangeiro seja em função da aquisição de empresas públicas, seja através da associação aos pequenos grupos “nacionais”. Para estes autores, são os conglomerados locais e estrangeiros, principalmente em função dos processos de privatização, que se consolidaram como o núcleo hegemônico de poder econômico na Argentina, adequando o Estado às suas necessidades.

Tal como nos informa a tese de doutorado de Isabella Jinkings Mello (2008), as transformações recentes do capitalismo mundial apontam para movimentos simultâneos de privatização e desregulamentação da vida social e econômica, de ataque aos direitos democráticos e de fortalecimento dos aparatos coercitivos do Estado, caracterizando um Estado cada vez mais penal. A adoção de políticas de segurança de “tolerância zero” nos EUA é expressiva destes movimentos constitutivos da globalização do capital, sob o domínio do neoliberalismo, que convertem amplos segmentos sociais em deserdados das condições básicas à sobrevivência.

Cada vez mais distanciado das políticas sociais e comprometido com o capital transnacional, contratando, nas palavras de Aécio Neves, “ONGs, Oscips e Apacs” para a “elaboração de diagnósticos”, para a realização de “oficinas profissionalizantes [...] e, com empresas privadas, na oferta de vagas de trabalho [alienado] para presidiários e ex-detentos”, o Estado neoliberal apresenta-se crescentemente fortalecido em seus mecanismos repressivos, fenômeno que alguns autores analisam como a “emergência do Estado Penal” em substituição ao chamado Estado de bem-estar social europeu e o Estado com leves características públicas na América Latina. (NOVAES, 2012).

Nesse sentido, o Estado cumpre uma função fundamental ao “forçar” a privatização das políticas públicas que outrora estavam sob seu comando. Essa parece ser a proposta do governador Aécio Neves, do Prefeito Kassab e dos Governadores de São Paulo, ao colocar

sob a esfera da rentabilidade do capital, disfarçado sob a roupagem de Parcerias Público-Privadas e ONGs, os presídios de Minas Gerais, e o ensino, no caso de São Paulo. Certamente esta tendência se encontra em outros governos no Brasil, inclusive encabeçados pelo PT.

Junto a isso, o Estado mantém sua função de criação de cursos profissionalizantes para que os presos voltem a trabalhar “normalmente”, vendendo sua força de trabalho, obviamente sem voltar a desobedecer a “ordem”. Na mesma esteira, incentiva cursos de empreendedorismo – tema muito em moda nos anos 1990, culpabiliza o indivíduo pelo desemprego e propaga a pedagogia da qualidade total.

No Governo Lula, curiosamente o Brasil canavieiro-escravagista do século XVI-XVII torna-se a nova “salvação da lavoura”. Ao mesmo tempo, retoma a construção de usinas hidrelétricas de grande porte, usinas estas onde o canteiro de obras traz condições de trabalho e de vida insuportáveis. Basta ver as denúncias dos trabalhadores nos canteiros de Santo Antônio e Jirau (Rondônia).

Mas, a salvação da lavoura da “empreiteirocracia” brasileira também se deu através de uma política anticíclica bastante sofisticada, o *Programa Minha Casa Minha Vida*, que atende as necessidades de empresas “brasileiras” de médio porte, mas também investidores internacionais ávidos pela reprodução do seu capital financeiro. Construtoras, grandes incorporadoras, aliadas a donos de terras próximas as cidades que querem transformar hectare em metro quadrado e urbanistas que ocupam postos-chave no Estado constroem o espaço do *apartheid* brasileiro neste século XXI, tudo em nome da reprodução ampliada do capital. Por último, mas não menos importante, cabe destacar que em 2010, 44% do orçamento do Governo Federal estava comprometido com a dívida pública, o capital rentista mais importante no Brasil. (NOVAES; BENINI, 2012). Francisco de Oliveira chamou este animal esquisito que é o Brasil pelo nome de ornitorrinco. Prefiro dizer que somos agora uma grande potência ornitorrinca.

Ainda nas palavras do referido autor, estamos vivendo a hegemonia às avessas, pois “Os dominados ou seus representantes podem assumir o comando moral do país desde que não toquem nos fundamentos econômicos da dominação.” (OLIVEIRA, 2003, p. 7), Este é o cenário do Brasil do século XXI que os movimentos sociais anticapital deverão se defrontar, tema da nossa próxima seção.

Algumas diferenças entre as lutas anti-capital e as lutas pontuais

Antes de caracterizarmos as Fábricas Recuperadas, pretendemos diferenciar as lutas pontuais que ocorrem aqui e acolá das lutas anticapital promovidas pelos movimentos sociais classistas ou pelas lutas antissistêmicas. Darcy Ribeiro (1996) certa vez afirmou que o Brasil é um país em permanente guerra civil. Desde seu “nascimento”, a cada dia explodem lutas pontuais que nem sequer sabemos que estão acontecendo (por água, habitação, creches, transporte público, emprego, terra, etc.), muitas vezes silenciadas pela mídia do capital. Para nós, estas lutas decorrem da nossa característica ornitorrinca, de um capitalismo que só pode se reproduzir de forma bárbara.

As lutas pontuais podem ser acomodadas dentro da ordem e dos chamados “direitos da cidadania”. Elas podem ser abrigadas na forma de concessões pelo Estado capitalista e tendem a restringir suas demandas a questões específicas/corporativas (salário, demandas no bairro, etc.). Já as lutas antissistêmicas, ao contrário das lutas pontuais, contestam os pilares do capital e em alguma medida vivenciam, ainda que de forma embrionária, o que seria uma sociedade para além do capital. Elas dão origem a novas relações sociais no microcosmo social em questão.

Nas linhas abaixo, daremos alguns exemplos de lutas anticapital. As lutas das Mulheres Camponesas no Rio Grande do Sul se dão no campo da igualdade substantiva. Elas contestam a hierarquia familiar na medida em que as mulheres “não querem lavar o cuecão dos maridos” e restabelecer o patriarcalismo no assentamento. Ao mesmo tempo e de forma umbilicalmente ligada à questão de gênero, aparecem questões ligadas ao trabalho, à propriedade privada, os transgênicos e os agrotóxicos (ataque direto às corporações transnacionais).

As lutas da FaSinPat (Fábrica Sem Patrão) Zanón estão criando novas relações sociais no microcosmo fabril. Os trabalhadores praticam o classismo, recuperaram o sindicato ceramista, dominado durante muito tempo pelos sindicatos pelegos e tentam expandir as lutas classistas na Argentina dilacerada. No caso da Zanón, eles têm como princípios inúmeros pilares anticapital: rodízio e revogabilidade de cargos, unificação e internacionalização das lutas dos trabalhadores, modificação das relações de gênero na fábrica, uma nova relação com os intelectuais e professores, as tentativas de desmercantilização da produção e superação da organização do trabalho taylorista-toyotista. Trata-se, enfim, de uma afronta ao trabalho alienado, nos limites estreitos do atual contexto de avanço da barbárie e com inúmeras contradições. (NOVAES, 2010).

De uma forma mais tímida, pois aqui estamos num terreno mais complicado, alguns movimentos sociais contestam outras dimensões do sistema produtor de mercadorias e criam soluções para a desmercantilização. Isso pode ser visto nas tentativas de produção de valores de uso, com graus crescentes de controle social, em alguns movimentos de luta pela habitação no Uruguai que tentam construir a casa de uma forma distinta, mas também gerar trabalho e renda no local das habitações.

Ainda no campo das lutas anticapital, algumas editoras latino-americanas têm tentado enfrentar a desmercantilização e a venda de livros descartáveis. Se nos anos a 1960 tivemos a criação da Editora da Universidade de Buenos Aires e os Cadernos do Povo Brasileiro, nos anos 1990 surge a Expressão Popular. Intimamente conectada com a sede de livros de conteúdo crítico e desmercantilizados surge a luta do MST por uma educação para além do capital, que supere a miséria intelectual promovida pelas políticas educacionais de dominação brasileiras.

As Escolas Itinerantes, os Centros de Agroecologia mais avançados, a Escola Josué de Castro e a Escola Nacional Florestan Fernandes retomam nossa história do ponto de vista crítico e procuram entender as particularidades do nosso capitalismo ornitorrinco. Praticam pedagogias que insiram as escolas e universidades nas lutas dos trabalhadores, que preparem para o trabalho coletivo, para a realização do trabalho socialmente útil e para a gestão democrática, que teorizem e ajudem a resolver os problemas concernentes à produção de alimentos saudáveis e desmercantilizados, além da criação de hábitos autogestionários e da compreensão da realidade social dentro da sua totalidade. Em última instância, buscam a superação do trabalho alienado dos professores e dos trabalhadores.

As lutas do CEMOP (Centro de Memória Operária e Popular), a Flaskô - fábrica de cultura desmercantilizada, as lutas pelos babaçuais livres, as lutas de algumas Fábricas Recuperadas na América Latina pelo controle do processo de trabalho e instalação de assembleias no chão de fábrica e a contestação da propriedade dos meios de produção e tentativas de criação de novas relações sociais nos assentamentos do MST também tocam em questões vitais para os movimentos sociais anticapital do século XXI.

Sobre a última questão, Iasi (2011) afirmou recentemente numa palestra no 5º EBEM que os capitalistas deveriam “devolver aos trabalhadores os meios de produção para que suas vidas sejam poupadas”. A “expropriação dos expropriadores” (Marx) ou “O retorno do caracol à sua concha” (NOVAES, 2011b) é uma tarefa urgente, mas atenção: pode

deixar a alienação do trabalho inabalada (MÉSZÁROS, 2002). No entanto, a falência do “socialismo real” nos mostrou que mesmo com inúmeros avanços no início, a experiência degenerou. Para Mézáros (2007), a URSS criou uma “sociedade pós-capitalista e não pós-capital”. Os trabalhadores contestaram os meios de produção, mas um corpo separado dos trabalhadores – a burocracia do partido - controlava as decisões estratégicas da sociedade: como produzir, o que produzir, para quem produzir, reproduzindo o capital sob nova roupagem. Nessa experiência, o sentido social do trabalho não foi alterado. Dizendo de outra forma, a produção de mercadorias permaneceu intacta. (LIMA FILHO; MACEDO, 2011).

O Trabalho Associado como princípio educativo nas Fábricas Recuperadas: algumas positivities

Nas corporações capitalistas, há uma nítida divisão de trabalho entre os que pensam e os que executam, entre os que trabalham e os que controlam os meios de produção. Nas FR, mesmo dentro dos limites de um processo de trabalho que envolve inúmeras cadeias produtivas e inúmeras fábricas, elas tentam superar dentro do seu microcosmo a “hierarquia estrutural do capital” (Mészáros, 2002, p.22), tentam reunificar o *homo faber* e o *homo sapiens*. As decisões são tomadas em assembleias democráticas, os trabalhadores fazem rodízio nos postos estratégicos e há revogabilidade dos cargos. Desse ponto de vista, há um processo de desalienação parcial, no sentido de “devolução” do poder aos trabalhadores, ao menos no microcosmo produtivo.⁴

A devolução do poder aos trabalhadores nas fábricas, isto é, a autogestão no microcosmo produtivo é, muito possivelmente, uma das lutas anticapital mais importantes no século XXI.

Cabe lembrar que no final dos anos 1920, Gramsci presenciou em Turim as lutas pela formação dos conselhos operários, o que lhe levou a teorizar sobre o papel pedagógico dos conselhos operários para as lutas anticapital. Para ele, os conselhos de fábrica eram uma “escola maravilhosa”. Justamente disso decorre o título desta seção: acreditamos que o trabalho associado é extremamente pedagógico, mas obviamente ele não esgota em si mesmo o papel da educação numa possível e necessária transição para além do capital, conforme veremos na seção sobre educação profissional.

Nas FR foram realizadas ações que permitem o aumento do conhecimento do processo de trabalho na fábrica, que nos levam a afirmar que temos uma superação parcial da alienação do trabalho, convivendo com elementos de preservação da alienação do trabalho. Disso podemos depreender que o exercício da autogestão no microcosmo carrega consigo a necessidade de não burocratização dos sindicatos e das lutas mais amplas.

Em algumas FR, houve uma superação da divisão do trabalho capitalista na medida em que o conhecimento, que ficava retido nas mãos de alguns, passou a ser socializado. A dependência em relação aos “engenheiros-capatazes” e ao trabalho complexo realizado por eles foi modificada em alguma medida. Aqui também é importante lembrar que na Revolução dos Cravos (Portugal), se a maior parte dos engenheiros fugiu com os patrões, alguns poucos ajudaram a superar a organização taylorista do trabalho em função de uma filosofia de vida. Se lutassem por salários, certamente não ficariam nas fábricas tomadas pelos trabalhadores.

Nos casos mais avançados, se esboça a superação do sistema salarial, através do princípio: a cada um segundo as suas possibilidades, a cada um segundo as suas necessidades. Em outros casos, há uma maior aproximação das retiradas (salários) e a

criação de fundos, seja para apoiar as lutas de outros trabalhadores, seja para permitir a alguns trabalhadores o acesso à universidade, seja para melhorar os rendimentos de fim de ano, etc.

Não deixa de ser importante destacar o caso de uma FR na Argentina onde eles criaram um fundo para melhorar o “salário” dos trabalhadores que tinham maiores gastos com filhos. Isso nos lembra o princípio da “igualdade substantiva” desenvolvido por Mészáros a partir dos escritos de Babeuf e Marx. Para articular seu argumento, Mészáros recorreu ao seguinte parágrafo do socialista francês Babeuf. Vejamos:

A igualdade deve ser medida pela capacidade do trabalhador e pela carência do consumidor, não pela intensidade do trabalho nem pela quantidade de coisas consumidas. Um homem dotado de certo grau de força, quando levanta um peso de dez libras, trabalha tanto quanto outro homem com cinco vezes a sua força que levanta cinquenta libras. Aquele que, para saciar uma sede abrasadora, bebe um caneco de água, não desfruta mais do que seu camarada que, menos sedento, bebe apenas um copo. O objetivo do comunismo em questão é igualdade de trabalhos e prazeres, não de coisas consumíveis e tarefas dos trabalhadores. (Babeuf *apud* Mészáros, 2007, p. 42).

Certamente esse princípio não esgota os problemas vivenciados pelos movimentos sociais anticapital, mas acreditamos que ele também ajuda a orientar as lutas dos movimentos “feministas” mais avançados e de outros movimentos sociais de geração e de etnia que tentam implementar o princípio da igualdade substantiva. Sobre isso, devemos lembrar para o leitor um caso relatado pelos amigos do Coletivo Usina (um grupo de arquitetos e cientistas sociais que prestam assessoria aos movimento sociais). Eles disseram que num mutirão chegou-se a pensar em dividir o trabalho “igualmente” entre todos os membros. Logo perceberam que tinham pessoas idosas, infartados, e trabalhadores/as com outros problemas que não poderiam exercer “igualmente” o trabalho pesado.

Ainda nos casos mais avançados de FR, os trabalhadores associados fazem de tudo para não terem um estatuto diferenciado em relação aos terceirizados, ou seja, lutam para que todos sejam cooperados. É importante destacar este fato porque veremos nas páginas abaixo que uma parcela razoável das FR está contratando terceirizados, para nós um sintoma da degeneração das mesmas.

Por último, mas não menos importante, cabe lembrar que a FaSinPat Zanón e em alguma medida a Flaskô estão juntando os trabalhadores “classistas”, o que pode ser interpretado como uma tentativa de unificação de parcelas da classe trabalhadora argentina que tem um propósito para além do capital. Já podemos adiantar que a FaSinPat Zanón é uma das poucas FR que não sucumbiu a acomodação e degeneração no mercado capitalista, ela permanece viva e sua luta renovada a cada dia. Todos estes princípios exercitados diariamente nas FR são pedagógicos – o que nos permite afirmar que o trabalho associado é um princípio educativo. Também nos permitem afirmar que estas lutas serão fundamentais para a desalienação do trabalho e ganham traços de lutas anticapital.

No Brasil temos cerca de 68 FR nos setores metalúrgico, têxtil, calçados, etc. principalmente no Rio Grande do Sul e São Paulo. (HENRIQUES et. al, 2013). Na Argentina, temos mais 200 FR de menor porte que as brasileiras mas, com um maior grau de radicalidade nas suas lutas. É evidente que as FR cumprem um papel mais qualitativo

do que quantitativo, como salientou o professor Dermeval Saviani (2012). Ao contrário do que esperavam muitos, não tivemos uma enorme expansão de experiências.

A tendência à acomodação das Fábricas Recuperadas dentro da ordem do capital: algumas negatividades

Nas pesquisas que realizamos nas FR, mesmo com todas as positivities no microcosmo produtivo, não conseguimos encontrar um documento que aponte para um horizonte para além do capital, isto é, uma teoria e uma prática condizente que aponte para uma sociedade para além do capital.

A grande maioria das FR entrou num ciclo “bem comportado”, onde os trabalhadores parecem estar “contentes” com a melhoria do faturamento, da produção, do salário, características já assinaladas pela história do movimento cooperativista como “pequeno-burguesas” ou reformistas.

Dizendo de outra forma, tudo leva a crer que a maioria das FR está “contente” com o que conseguiram até o momento. Diga-se de passagem, algo que se reproduz mais ou menos de forma parecida nas parcelas dos trabalhadores brasileiros que foram “integrados” no mercado de consumo de massas. A alienação se perpetua pela ótica do trabalho realizado – sem sentido social – mas também se materializa no consumo fetichizador.

Isso não significa, entretanto, que o aprendizado gerado pelas lutas dos trabalhadores no final do século XX e início do século XXI possa ser desprezado. Nos anos 1990, diante da crise do desemprego e subemprego na América Latina, do aumento da miséria e da fome, as FR cumpriram um papel importantíssimo. Elas se configuraram não só como formas de resistência, mas também de construção de “alternativas” diante da fuga de padrões e falência das fábricas. Num momento pelo qual se dizia que não havia alternativas, que só era possível a reestruturação produtiva, as contrarreformas neoliberais, o avanço da turbo-mercantilização, estas lutas foram fundamentais.

Lembremos também que para Pinassi (2009, p. 34), as classes trabalhadoras foram, e continuam sendo tão profundamente golpeadas e alijadas de uma autêntica percepção de classe dominada que, principalmente em situações de crise mais profunda, seu horizonte ideológico manifesta-se muito mais em função do contingenciamento histórico que de sua mais que necessária potencialidade revolucionária.

Movimentos sociais como o dos *piqueteros* na Argentina, Movimento Sem-Terra (MST) no Brasil, União dos Movimentos de Moradia (UMM), dentre outros, têm encontrado dificuldade de realizar lutas antissistêmicas, autônomas em relação ao Estado, ao mercado/corporações. Para nós, a dificuldade de independência em relação ao Estado não é uma exclusividade das FR. Repetimos, é algo difícil, mas não impossível de ser exercitado neste século XXI. O atual contexto de ofensiva do capital cria dificuldades, porém não impossibilita a existência de prática anticapital.

Para Antunes (2010), mesmo constatando um enorme refluxo dos movimentos sociais, há “forças sociais potencialmente revolucionárias”. Segundo o referido autor, as experiências do século XX não foram capazes de derrotar o sociometabolismo do capital. Elas foram incapazes de romper com a lógica do capital. Para ele, as lutas podem até começar no espaço nacional, mas tem que se expandir. Ainda para este autor, se um dos pés do tripé - trabalho fetichizado, Estado e capital- se mantiver, o sistema se recupera. Ele observa que há na América Latina a volta do debate do socialismo. Ao menos o tema está posto e relembra que 10 anos atrás era motivo de chacota.

Por outro lado, esta dificuldade também decorre de uma crise teórica profunda, que abalou inclusive o marxismo. Neste sentido, um bom arsenal teórico que precisa ser analisado com mais calma neste século XXI é o oferecido por István Mészáros, um dos poucos intelectuais marxistas que seguiu as trilhas deixadas por K. Marx. Ao lado de Mészáros, outros pensadores sociais mais antigos que não sucumbiram ao pensamento estalinista poderiam ser citados: R. Luxemburg, G. Lukács, A. Gramsci, J. Mariátegui, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes. No campo da autogestão: K. Korsch, M. Adler, M. Tragtenberg, João Bernardo e Claudio Nascimento também nos deram contribuições fundamentais.

Sem o avanço dessa teoria para além do capital na América Latina, os movimentos sociais anticapital dificilmente conseguirão avançar numa prática para além do capital. Ao mesmo tempo, se os trabalhadores não avançam em práticas anticapital, os intelectuais continuam “perdidos” no mar das fórmulas para mudar o mundo pós-modernas.

Em livros e artigos recentes, procuramos mostrar que as FR têm uma enorme dificuldade para driblar os monopólios e os oligopólios. Se no início do século XX as cooperativas e associações enfrentavam uma enorme dificuldade de sobrevivência em mercados monopolistas e oligopolistas, imaginemos então o problema no contexto atual, numa sociedade totalmente submetida ao capital financeiro.

Em poucas palavras, por estarem umbilicalmente ligadas a cadeias produtivas dominadas por monopólios e oligopólios “financeirizados”, as FR tendem a reproduzir os parâmetros de produção “dados” pelo mercado. Como nos lembra José Ricardo Tauile (2002, p. 109), “o mercado é implacável”. O contato direto com o mercado cria uma tendência de superexploração do trabalho, retorno da diferenciação salarial, processos de terceirização, portanto a imposição de diferenças entre cooperados e não cooperados. Não se trata de uma lei férrea, mas de uma força razoavelmente poderosa que as FR isoladamente não têm conseguido vencer.

Enfim, as FR tendem a degenerar no capitalismo e isso pode ser visto a partir do surgimento de: a) novos patrões, gestores ou tecnocratas nas cooperativas e associações, isto é, a formação de uma nova tecnocracia que recompõe a superexploração do trabalho e burocratiza as decisões; b) o aumento da diferença salarial nas diferentes funções; c) diminuição ou ausência de laços com outras FR ou movimentos sociais; d) a busca de fundos públicos sem questionamento do papel do Estado capitalista na reprodução da sociedade de classes; e) a busca de fundos públicos para o aumento da qualificação e das atitudes dos trabalhadores necessárias à sobrevivência no mercado, tendo em vista única e exclusivamente a melhoria da produtividade da cooperativa ou associação, tal como qualquer outra empresa.

Projetos de Qualificação para Fábricas Recuperadas

Nesta seção, gostaríamos de assinalar os processos sistemáticos de qualificação e educação escolar das FR. Com isso, tentaremos mostrar as contradições nas demandas de qualificação dos trabalhadores das FR. As primeiras demandas de qualificação surgem em função da pressão da ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão), entidade que lamentavelmente deixou de existir ainda no governo Fernando Henrique Cardoso. As suas ações ocorreram articuladas as atividades desenvolvidas no interior do PLANFOR, uma das políticas de qualificação do governo neoliberal na ótica do “salve-se quem puder”. No governo Lula, as políticas de qualificação e escolarização das FR e outras experiências de cooperativismo e associativismo se deram dentro das ações do

PNQ/Proesq e também através da criação dos Centros de Formação em Economia Solidária. (ALANIZ, 2012).

Em geral, tivemos cursos de carga horária pequena voltados para as cúpulas das FR tendo em vista a socialização das estratégias de sobrevivência das “empresas” no mercado capitalista. Em menor medida, cursos para os trabalhadores do chão de fábrica.

Estes projetos de qualificação foram demandados diretamente por entidades de representação das fábricas e mediados por gestores públicos que trabalham na Secretaria Nacional de Economia Solidária (Ministério do Trabalho e Emprego), num primeiro momento pela ANTEAG, e posteriormente também pela Unisol-CUT, outra entidade que aglutina FR.

Num país que passou por uma revolução burguesa incompleta e conservadora, num país que nunca construiu um sistema escolar que alfabetizasse as massas, não é preciso dizer que os trabalhadores das FR têm baixa escolaridade, e no máximo uma qualificação taylorista.

A imensa maioria deles formou-se e qualificou-se no próprio trabalho, nos processos de luta e cooperação entre capital e trabalho no cotidiano fabril, algo bastante típico de um padrão taylorista, no qual a fábrica é uma “agência educativa” poderosa, que ao mesmo tempo educa e deseduca os trabalhadores. (SILVA, 2005, p.2). Outros foram (de)formados em cursos de qualificação que socializam os conhecimentos técnicos e internalizam os valores do padrão taylorista hegemônico nos anos 1980 marcados pela hierarquia, respeito, subordinação, cooperação e consentimento com o patrão e chefes, conhecimento técnicos para o trabalho na metalurgia, na indústria têxtil, calçados, etc.

Temos no Brasil poucos pesquisadores que se debruçaram sobre o debate escolar e não escolar nas FR, além do debate da qualificação. Devemos resgatar as pesquisas de Erika Alaniz (2007) realizadas no mestrado que resultaram no livro *Qualificação Profissional: um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão* e além de sua tese de doutorado, defendida em 2012, que reflete sobre os projetos educacionais elaborados pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES-MTE), em especial os Centros de Formação em Economia Solidária.

Além destes, merecem destaque os trabalhos de Candido Vieitez e Neusa Dal Ri (2001) sobre o projeto educacional da Anteag e Dal Ri e Vieitez (2008), que procuraram observar o projeto pedagógico da ANTEAG e do MST. Tiriba e Fischer (2010) que se debruçaram sobre os saberes do trabalho associado.

Nos cursos da ANTEAG, a primeira coisa que nos chamou a atenção foi o nome dado aos cursos: “MBA em Autogestão”, para nós uma contradição em termos. Fica a pergunta: por que deram este nome ao curso? Não havia outra palavra para simbolizar o que pretendiam ou o nome é coerente com os propósitos do projeto? A entidade queria fazer com que ex-trabalhadores do chão-de-fábrica e dos setores administrativos se tornassem “executivos” e gestores?

A ANTEAG também criou algumas cartilhas, mais voltadas para os trabalhadores de chão-de-fábrica. Este material chegou até nossas mãos na época de criação das “cartilhas” da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp, no momento em que estávamos fazendo o curso de formação da Incubadora. Marilena Nakano foi uma das educadoras contratadas, em 1998, pela ANTEAG para a preparação do material utilizado.

Na Argentina, devemos destacar os “bachilleratos populares” que utilizam os espaços das FR para dar aulas de Educação de Jovens e Adultos - EJA para trabalhadores de todas as idades dos bairros da região da FR base. Estes cursos têm grande autonomia em relação ao Estado e são dados por intelectuais-militantes de diversas agremiações argentinas. (ELISALDE; AMPUDIA, 2011).

A Unisol (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), ligada a CUT, contratou trabalhadores-cooperados para transmitir seu conhecimento específico para outras cooperativas, técnicos do SENAI para resolver problemas pontuais, advogados com experiência na área de cooperativismo e associativismo para dar cursos sobre conselho fiscal, etc.

Segundo Alaniz (2007), nas organizações de trabalho associado há uma “nova configuração do poder”, que poderíamos chamar de poder autogestionário. Para ela, o grau de democratização das relações de uma determinada organização condiciona a ampliação ou não da qualificação de seus trabalhadores, muito embora nem sempre haja a apropriação efetiva dos espaços decisórios pelo coletivo.

A ampliação da qualificação profissional ocorre na medida em que novos atributos intelectuais, comportamentais e afetivos passam a compor o perfil do coletivo dos trabalhadores, decorrentes das relações sociais ainda embrionárias que começam a se estabelecer a partir do momento em que agem sobre a gestão da organização nos seus fundamentos. (ALANIZ, 2012). Segundo esta autora, ao se ampliar a qualificação do coletivo dos trabalhadores abre-se também maior possibilidade para se aprofundar a democracia direta tendo em vista a auto-organização nas relações de trabalho, pois na medida em que os trabalhadores se apropriam de conhecimentos acerca da gestão, maiores condições eles terão para interferir no processo decisório:

Na empresa de autogestão, a qualificação transcende a parte técnica e deixa evidente que a qualificação remete à forma como se estabelece a relação social na fábrica. A qualificação para a empresa de autogestão torna-se central, já que a gestão coletiva requer que todos participem do processo decisório, com a capacitação de todos os cooperados para optarem pelas melhores estratégias, visualizarem as possibilidades de investimentos futuros, possibilitando a cooperativa o desenvolvimento e sobrevivência no mercado. (ALANIZ, 2007, p. 274-275).

Para esta pesquisadora, o conceito de qualificação profissional está intimamente imbricado à dinâmica das novas formas de relações de poder que apontam como possibilidade nas organizações de trabalho associado. Ela conclui que o modelo de qualificação capitalista não é adequado às necessidades do trabalho associado. Também poderíamos acrescentar que as instituições existentes não têm dado respostas suficientes frente aos desafios enfrentados.

Para Alaniz (2007) a educação também se coloca como uma questão fundamental, sendo necessária que ela permita aos trabalhadores criarem formas de organização e tecnologias adequadas à natureza do trabalho coletivizado. Por isso, o sistema formal de educação, seja pelos conteúdos que ensina, seja pela fragmentação do conhecimento do mundo do trabalho, ou, ainda, seja pela hierarquia da organização do trabalho pedagógico, tende a não satisfazer as necessidades da produção que se quer constituir de forma autogestionada.

Dal Ri e Vieitez (2008) destacam também outra dimensão: a formação política ou formação para a autogestão. Embora esta dimensão seja crucial para a sobrevivência das organizações sob os pressupostos do trabalho associado e da democracia, pouco se tem observado em termos de “investimento” educacional para este fim.

Esses pesquisadores constataram que existem poucos recursos destinados para a sistematização das práticas educacionais que surgem no processo de trabalho associado. Alaniz (2007) observou que apesar da ANTEAG ter desempenhado esse tipo de formação junto às fábricas que assessorou na Cooperjeans – empresa que estudou - os cursos

localizaram-se mais nos conselhos administrativo e fiscal e raras vezes se dirigiram ao coletivo dos trabalhadores, o que parece ser um problema ou um limite grave.

Para ela, o aprendizado da auto-organização do trabalho já se inicia quando os trabalhadores assumem coletivamente sua organização. Todavia, a presença de elementos herdados da “cultura” de relações de trabalho anterior se sustenta em bases objetivas ao se reforçar esses elementos pela contingência de estar inserida num sistema produtor de mercadorias, fator que funciona como força centrífuga que se afasta do objetivo do autogoverno.

Alaniz (2012) também nos lembra, a partir da leitura de Dal Ri e Vieitez (2008), que é imprescindível que as organizações de trabalho associado rompam com o imediatismo de apenas gerar “trabalho e renda” e busquem se atrelar à luta mais ampla dos movimentos sociais classistas, caso contrário, haverá a tendência a um refluxo dessas iniciativas de auto-organização. Nesse sentido, segundo os referidos autores,

[...] a educação política, fundada na crítica ao capitalismo e na proposta de sua superação mediante o socialismo ou a democracia real, constitui-se em uma das forças capazes de induzir as OTAs [Organizações do Trabalho Associado] a participarem do movimento social dos trabalhadores. Paradoxalmente, nas OTAs que examinamos, seja diretamente *in loco*, seja indiretamente mediante o exame da literatura, não pudemos isolar um único exemplo no qual esteja suficientemente clara a ação da educação política formal como catalisador da participação das OTAs no movimento geral dos trabalhadores. Nas OTAs, é comum encontrar algum tipo de atividade educativa mais ou menos formalizada, tais como cursos de alfabetização, de ensino fundamental, cursos técnicos de curta duração e vários outros. Já os cursos voltados para o estudo e difusão da autogestão democrática estão praticamente ausentes nas OTAs. Atividade educacional desse tipo foi desenvolvida, por exemplo, pela Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão (ANTEAG). No entanto, os cursos destinados esclarecer o que é autogestão ou a cooperativa, quando ocorrem estão centrados no trabalho associado e em seu desenvolvimento econômico. A necessária conexão entre o TA e as lutas mais gerais dos trabalhadores geralmente encontram-se ausente. (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p.25).

Nas OTAs examinadas, não encontramos cursos de educação política dignos de nota que tivessem como foco uma visão de largo espectro do capitalismo ou as lutas atuais ou históricas da classe trabalhadora (DAL RI; VIEITEZ, 2008, p.31).

“O SENAI não nos serve”: notas de uma educação e “qualificação” para além do capital

Nas pesquisas que realizamos que tiveram como foco a observação da preservação e superação da alienação nas FR, indiretamente pudemos observar duas tendências de demandas dos trabalhadores em relação à qualificação/educação.

Uma primeira tendência – a mais conservadora de todas – solicita uma maior participação de órgãos como o SEBRAE – nas FR para promover a assistência “técnica” e a qualificação dos trabalhadores. Esta tendência, apesar de minoritária, ganhou força com a

UNISOL – que não partilha exatamente dos mesmos princípios do SEBRAE, mas advoga a sobrevivência das FR no mercado capitalista e, portanto, demanda um tipo de assistência “técnica” muito próximo ao das fábricas convencionais. Em última instância, propostas como estas caem no fetiche do Estado e da assistência técnica nos parâmetros do capital, justamente ao acreditar que os órgãos estatais de assistência técnica, de qualificação e educação servem para os interesses dos trabalhadores. Não negamos as contradições destas instituições e a existência de alguns técnicos bem intencionados, no entanto, é pouco provável que elas contenham o conteúdo e a forma educacional necessários para uma educação para além do capital.

Uma segunda tendência, mesmo sem saber elaborar em termos teóricos a complexidade do problema levantado e sem conseguir encaminhar “soluções” na prática cotidiana, afirma que o “SENAI não nos serve”. Esses trabalhadores tendem a negar a educação e a qualificação capitalistas, mas ainda não têm os elementos necessários para a superação teórica e prática deste problema. Temos aqui um belo campo de pesquisa e de desenvolvimento teórico para os próximos anos que apenas poderemos esboçar nas páginas abaixo.

É bem provável que se estes trabalhadores vierem a lutar por mudanças educacionais substantivas, irão criar experiências de educação profissional que aliem trabalho não alienante e qualificação para a produção e reprodução da vida em bases autogestionárias. Como papel imprescindível para a emancipação dos trabalhadores, acreditamos que as pesquisas já realizadas na América Latina e outras que poderão surgir deverão resgatar e atualizar o debate da educação para além do capital, interrompido em alguns momentos da história do século XX, e que vem sendo resgatado por algumas vertentes do marxismo. Ele também deverá ser retomado com o intuito de colocar em perspectiva histórica a imprescindível necessidade de construção de uma sociedade para além do capital neste século XXI.

Nesse sentido, a aberração stalinista – antimarxista - provocou graves danos para o avanço da teoria e da prática educacional para além do capital. Ao mesmo tempo, o avanço do fascismo na Europa também teve consequências parecidas. Pesquisas recentes mostram que a subida de Stalin ao poder levou aos assassinatos, envenenamentos ou exílio de inúmeros intelectuais comprometidos com a emancipação humana. Para citar alguns, M. Pistrak, V. Shulgin, Krupskaya, Lunacharski, etc. (FREITAS, 2009).

No Brasil, o golpe civil-militar de 1964 e outros golpes militares que varreram a América Latina hispânica interromperam um ciclo de ascensão das lutas dos trabalhadores. Deste ponto de vista, é urgente neste século XXI retomar a contribuição da pedagogia socialista e seu papel numa transformação radical, que transcenda o trabalho alienado. Na mesma linha, de vital importância resgatar a teoria da revolução brasileira e sua atualização, a partir das mudanças ocorridas no capitalismo brasileiro nos últimos 40 anos. (RODRIGUES, 2013).

Se a negação da educação capitalista “O SENAI não nos serve” foi identificada por alguns trabalhadores e, sob outro prisma, por intelectuais latino-americanos, o mesmo já não pode ser dito sobre o que colocar no lugar da escola estatal, das escolas profissionalizantes e das universidades estatais. Isso nos leva às seguintes perguntas: em que medida a escola estatal pode ser reconfigurada num contexto de “economia política de deseducação”? (LIMA FILHO, 2012; MINTO, 2011), isto é, de piora qualitativa das escolas estatais e das universidades destruídas ou mercantilizadas? Em que medida as escolas autônomas dos movimentos sociais devem ser desenvolvidas? Os movimentos sociais podem “puxar” a escola estatal para seus propósitos na ausência de uma revolução?

Em alguma medida, Iasi (2011) deu uma resposta para este problema numa palestra no 5º EBEM. Diante dos desafios atuais:

ou você desiste e vira pós-moderno ou você vai até a classe buscar as mediações políticas, educacionais e organizativas necessárias para construir o movimento de superação. Nesse trabalho, a educação formal e a não formal é essencial. Acredito, como Paulo Tumuló, que a educação formal é necessária, mas insuficiente. É essencial que a classe crie seus próprios espaços formativos, por que não é verdade que o conhecimento considerado como neutro nos ajude em nossas tarefas pelo simples fato de ser conhecimento humano acumulado, bastando socializá-lo. O conhecimento é revestido de ideologia, direcionado para uma funcionalidade de reprodução e garantia da ordem. Os trabalhadores, na imagem gramsciana, devem fazer seu inventário, resgatar do conhecimento universal mais desenvolvido, bases para a constituição de sua autonomia de classe, desvelando os fundamentos políticos e os interesses de classe que perpassam o conhecimento e as formas educativas e essa é uma tarefa que passa pela socialização do conhecimento nos espaços formais, mas exige que saibamos construir nossos próprios espaços formativos, pois certos temas e formas educativas exigem espaços próprios e independentes. (p. 129-130).

Lima Filho (1999 e 2008), desde quando concebeu um projeto de Universidade Popular (PUP) para o Vale do Ribeira (SP) em 1999, projeto do qual fizemos parte, vem teorizando e tentando por em prática uma universidade criada desde o primeiro momento para a emancipação dos trabalhadores. Para isso, acredita que se deve começar pelos fins, pelos objetivos de uma Universidade Popular e pela escolha dos seus quadros. Uma Universidade Popular nestes moldes operaria uma “revolução regional” tendo em vista uma ação consciente e planejada sobre a reprodução social de modo a conquistar graus crescentes de autodeterminação.

Mesmo permeada por lutas que configuram a escola estatal brasileira, devemos reconhecer que o capitalismo sob hegemonia financeira destruiu a escola estatal. Não são poucas as pesquisas que mostram o aumento do analfabetismo funcional, até mesmo na Europa. Se no período 1945-1973, a pressão dos trabalhadores e as necessidades do capital levaram a processos de universalização da educação com uma qualidade razoável, no período recente os projetos educacionais e de qualificação estão cada vez mais permeados pelas necessidades da “pedagogia da qualidade total” para um polo pequeno dos trabalhadores e uma pedagogia do analfabetismo, da pedagogia para o trabalho precário ou a pedagogia do desemprego para uma boa parcela da humanidade.

Uma boa maneira de enxergar esta crise civilizatória é através do mundo do trabalho, onde temos uma massa de desempregados, terceirizados e subempregados, e uma parcela menor tem carteira assinada, direitos trabalhistas, uma melhor qualificação, mas também não escapa da superexploração do trabalho. Essa é uma das faces do capitalismo sob hegemonia financeira, denominada por Mészáros como “crise estrutural do capital”, crise esta que não pode ser confundida com catástrofe.

A partir do que foi exposto nas linhas anteriores, ao menos no curto prazo e num contexto defensivo, acreditamos que os centros educacionais dos movimentos sociais classistas deverão resgatar alguns pilares da escola soviética pré-stalin, os adaptando e enriquecendo a partir das contribuições do materialismo histórico nos últimos 70 anos. Deverão resgatar o acúmulo teórico do marxismo latino-americano, seja no campo

educacional ou no campo do pensamento crítico, além do marxismo internacional herdeiro do pensamento de Marx, para desenvolver uma teoria e prática para além do capital.

Num contexto ofensivo, tendo em vista um salto revolucionário permeado por ações no campo da contestação da propriedade privada, do controle dos meios de produção pelos produtores livremente associados e pela desmercantilização, o campo educacional – escolar e não escolar - deverá trazer para si os seguintes pilares:

- a) O exercício da autogestão na escola: rodízio de funções, hábito coletivo e autogestionário. Este princípio tem como base a pedagogia da auto-organização/criação de novas relações sociais na escola (PISTRAK et. al., 2009; FREITAS, 2009; TRAGTENBERG, 2004; CALDART, 2009);
- b) Realização de Trabalho Socialmente Útil nas escolas (limpeza, preparação dos alimentos, arrumação dos quartos, etc.), para não criarmos “escravos modernos”, não perpetuarmos a existência das classes sociais subalternas e ajudarmos na superação dos trabalhadores manuais e intelectuais (PISTRAK et. al. 2009);
- c) Preparação para a luta (PISTRAK et. al. 2009);
- d) Utilização do método de complexos temáticos/estudo a partir da totalidade tendo em vista a compreensão do sociometabolismo do capital dentro de uma perspectiva totalizante, dinâmica e contraditória, que combine totalidade e particularidade (PISTRAK et. al., 2009; LUKÁCS, 2010);
- e) Atualidade: inserção da escola nas lutas contemporâneas da sociedade (PISTRAK, 2009; NOVAES, 2012);
- f) Educação estética: preparação para a compreensão e construção de cultura não mercadológica (MÉSZÁROS, 2007; CABRAL, 2012; HILSENBECK FILHO, 2012);
- g) Educação física, para o desenvolvimento do corpo humano;
- h) Estudo da história de um ponto de vista materialista e resgate da Teoria da Revolução brasileira (RODRIGUES, 2013);
- i) Exercício do trabalho desalienado: intimamente ligado com a autogestão e a não separação entre concepção e execução, isto é, a escola deve preparar para o trabalho coletivo e desalienado (MÉSZÁROS, 2002; PISTRAK et. al, 2009; ALANIZ, 2012);
- j) Socialização do conhecimento historicamente acumulado (LOMBARDI, 2011; SAVIANI, 2008), para que os trabalhadores possam compreender os fundamentos do trabalho (teoria/trabalho de concepção). Ao mesmo tempo, realização de um balanço da ciência do capital, isto é, como a ciência e a tecnologia não são neutras, realização de um *inventário* e *filtro* das forças produtivas e destrutivas criadas pelo capital e desenvolvimento de tecnociência para a emancipação humana, tendo em vista a desmercantilização completa da sociedade e o autogoverno pelos produtores livremente associados. (VARSAVSKY, 2007; DAGNINO, 2008; NOVAES, 2012).

Considerações Finais

As respostas irracionais do capital a crise mundial contemporânea – que não pode ser confundida com catástrofe – nos colocam mais uma vez o desafio de construção da sociedade comunista no século XXI.

A história já nos mostrou que a autogestão é possível. Marx nos mostrou em diversos dos seus escritos que é possível construir uma sociedade sem classes sociais, sem patrões,

que supere o sistema salarial e o Estado. Também dizia que as cooperativas e associações esboçam o que seria uma forma superior de produção, ainda que reproduzam todos os defeitos do modo de produção do capital.

A atividade de trabalho pode ter sentido social, pode se tornar trabalho associado, pode haver graus crescentes de controle da produção e reprodução da vida material e uma total desmercantilização da vida. Da mesma forma, a superação da hierarquia na fábrica e a urgente necessidade de coordenação global da produção pelos produtores livremente associados – dentro de um projeto revolucionário - são temas desafiadores para este novo milênio.

Acreditamos que a autogestão é possível e necessária enquanto proposta totalizante. Para nós, o problema dos trabalhadores latino-americanos não está circunscrito ao trabalho em sentido *stricto*. As “soluções” fragmentadas, segmentadas, departamentalizadas dispersas e difusas implementadas pelas lutas pontuais não servirão mais neste século XXI. Mas não podemos esquecer que o capital tenta cooptar direta ou indiretamente toda e qualquer forma de emancipação, trazendo-a para dentro da ordem. Nesse sentido, basta um passo para que as estratégias de resistência dos trabalhadores sejam transformadas em empreendedorismo, da responsabilidade social, etc.

Por outro lado, a crise estrutural do capital, sua incontornabilidade e avanço destrutivo tendem a criar novas lutas que oscilam entre a busca por direitos pontuais e a conformação de lutas anticapital que colocam em xeque os principais determinantes do sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002). Nesta esteira, o trabalho associado é um princípio educativo fundamental, na medida em que supera – embrionariamente – o trabalho alienado. Ao mesmo tempo, já temos na América Latina inúmeras estratégias mais autônomas de educação que em alguma medida escapam ao controle do Estado e da “responsabilidade social” das corporações que podem ser inseridas no campo das lutas anticapital. Poderíamos destacar as Escolas Itinerantes do MST, as escolas zapatistas, os Centros de Agroecologia mais avançados do MST e a criação da Escola Nacional Florestan Fernandes. Todas estas escolas têm cumprido um papel fundamental, ainda que insuficiente.

Vimos neste artigo que essa insuficiência é resultante das contingências históricas e da ausência de uma teoria educacional para além do capital nos sindicatos, nos partidos, nos movimentos sociais que teorize o papel da educação escolar e não escolar, dentro de um projeto de superação da sociedade de classes.

No que se refere à ponta superior do nosso precário sistema educacional – a universidade pública-, em nossa tese de doutorado procuramos observar que existem alguns poucos “nichos” de pensamento crítico (LEHER, 2008), mas eles existem como reféns na cidadela inimiga: conseguem até sobreviver e criar alguma relação mais profunda com os movimentos sociais, mas não têm o poder para ajudar os trabalhadores numa possível e necessária transição para além do capital. (NOVAES, 2012).

As lutas educacionais do século XXI deverão necessariamente criar sistemas paralelos e independentes do Estado e, ao mesmo tempo, revolucionar o sistema educacional estatal. No entanto, aqui teremos um enorme problema a ser equacionado, pois o sistema estatal está constituído principalmente por trabalhadores educacionais vindos de universidades particulares, por trabalhadores escolares temporários e eventuais trabalhando em duas ou três escolas, por professores sem condições de trabalho e aposentadoria, que tendem a reproduzir a ideologia dominante.

Referências

- ALANIZ, E. P. *Qualificação Profissional: um estudo das práticas educacionais em uma empresa de autogestão*. São Paulo, SP: Editora da Unesp, 2007.
- ALANIZ, E. P. *A política pública de formação para economia solidária no Brasil (2003-2011): análise de um projeto PROESQ/PNQ executado pela Rede Abelha/RN e CFES nacional*. Tese de doutorado. São Paulo, USP, Faculdade de Educação, 2012.
- ANTUNES, R. *Palestra*. VI Colóquio Internacional Marx e Engels. Unicamp, IFCH, outubro de 2010.
- AZPIAZU, D.; BASUALDO, E. *Concentración económica y regulación de los servicios públicos*. 2001. Disponível em: www.wilsoncenter.org/topics/docs/concentración%20economica.doc. Acesso em: junho de 2007.
- CABRAL, F. A. Arte para pensar a vida e educar os sentidos. In: MENDONÇA, S. G.; SILVA, V.; MILLER, S. (Org.). *Marx, Gramsci e Vigotski: aproximações*. 2ed. Araraquara-SP: Junqueira&Marin editores, 2012, v. 1, p. 377-397.
- CALDART, R. S. (Org.) *Caminhos para a transformação escolar*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.
- DAGNINO, R. (Org.) *Tecnologia Social – ferramenta para construir outra sociedade*. Campinas, SP: Instituto de Geociências-Unicamp, 2008.
- DAL RI, N. M.; VIEITEZ, C. G. *Educação Democrática e Trabalho Associado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e nas Fábricas de Autogestão*. São Paulo, SP: Ícone-Fapesp, 2008.
- DOS SANTOS, T. *Teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2000.
- ELISALDE, R.; AMPUDIA, M. “Movimientos sociales y escuelas populares de jóvenes y adultos. Notas sobre la construcción de un proyecto de educación popular”. Marília, Mimeo (impresso), 2011.
- FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAC, M. M. (org.) *A Escola-Comuna*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009. p. 9- 103.
- HENRIQUES, F. C. et. al. *Empresas recuperadas pelos trabalhadores*. Rio de Janeiro, RJ: Multifoco, 2013.
- HILSENBECK, Filho A. O MST e o Teatro – potencialidades pedagógicas. 2012. Disponível em: <http://passapalavra.info/2012/11/66247>. Retirado em 15/11/2012. Acesso em: 15/11/2012.
- IANNI, O. O declínio do Brasil-nação. São Paulo: Revista de Estudos Avançados 14 (40), 2000, p. 51-58.
- IASI, M. Educação, consciência de classe e estratégia revolucionária. *Revista Universidade e Sociedade*, Distrito Federal, n. 48: 122-30. Jul. 2011.

LEHER, R. Reforma Universitária de Córdoba, noventa anos. Um Acontecimento Fundacional para a Universidade Latino-americanista. In: SADER, E; GENTILI, P; ABOITES, H. (compiladores). *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. 1ª ed. Buenos Aires: CLACSO, 2008, p. 25-47.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. Tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo, SP: Boitempo editorial, 2010.

LIMA FILHO, P. A. *O Projeto Universidade Popular*. São Paulo, impresso (mimeo), 1999.

_____. LIMA FILHO, P. A. *Carta sobre a Universidade Federal da Grande Fronteira Sul*. Campinas, Impresso, outubro de 2008.

_____. MACEDO, R. A poeira dos mitos: revolução e contrarrevolução nos capitalismo da miséria. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Orgs.) *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2011, p. 200-231.

LOMBARDI, J. C. *Educação e ensino na obra de Marx e Engels*. Campinas, SP: Alínea, 2011.

MELLO, I. J. *Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo*. Tese de Doutorado, IFCH, Unicamp, 2008.

MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. *Educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares São Paulo, SP: Boitempo, 2006.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo, SP: Boitempo, 2007.

MINTO, L. W. *A educação da "miséria": particularidade capitalista e educação superior no Brasil*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2011.

NOVAES, H. T. (Org.) *O retorno do caracol à sua concha: alienação e desalienação em cooperativas e associações de trabalhadores*. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010.

_____. A Autogestão como magnífica escola: notas sobre a educação no trabalho associado. In: BATISTA, E. L.; NOVAES, H. T. (Orgs.) *Educação e reprodução social: as contradições do capital no século XXI*. Bauru, SP: Canal 6/Praxis, 2011, p. 97-123.

_____. *Reatando um fio interrompido – a relação universidade movimentos sociais na América Latina*. São Paulo, SP: Expressão Popular-Fapesp, 2012.

_____. BENINI, E. Quem controla o Estado Brasileiro: o capital rentista e a dívida pública. In: BENINI, E. A.; FARIA, M. S.; NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. (Orgs.) *Gestão Pública e Sociedade: fundamentos e políticas públicas de Economia Solidária*. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2012, p. 230-242.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: SP, Boitempo Editorial, 2003.

PINASSI, M. O. *Da miséria ideológica à crise do capital – uma reconciliação histórica*. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

- PISTRAK, M. M. (Org.) *A escola-comuna*. Tradução de Luiz Carlos de Freitas e Alexandre Marenich. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2009.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1996.
- RODRIGUES, F. MST - Formação Política e Reforma Agrária nos anos de 1980. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Unicamp, 2013.
- SAVIANI, D. *Pedagogia Histórico-Crítica – primeiras aproximações*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.
- _____. Comentários a Palestra de Henrique Novaes. Campinas, Unicamp, 2012 (mimeo).
- SILVA, F. *A Fábrica como agência educativa*. Araraquara, SP: Cultura Acadêmica-Unesp, 2005.
- SVAMPA, M.; PEREYRA, S. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de lãs organizaciones piqueteras*. 1º ed. Buenos Aires: Biblos, 2003.
- TAUILE, J. R. *Do socialismo de mercado à Economia Solidária*. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, 6(1): 107-122, jan./jun. 2002.
- TIRIBA, L.; FISCHER, M.C.B. *Saberes do trabalho associado*. In: CATTANI, A. D.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I.; HESPANHA, P. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. São Paulo/Coimbra, Almedina Brasil, 2009, p. 293-298.
- TRAGTENBERG, M. *Sobre educação, política e sindicalismo*. São Paulo, SP: Unesp, 2004.
- VARSAVSKY, O. *Ciencia, Política y Cientificismo*. Caracas: Monte Ávila, 2007. [1969].
- VIEITEZ, C.; DAL RI, N. *Trabalho Associado*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, 2001.

Notas

¹ Docente da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da UNESP – Marília. Professor do Programa de Pós-graduação em Educação. hetanov@yahoo.com.br

² Ele foi preparado para o curso “Pedagogia Histórico-Crítica e Movimentos Sociais” organizado pelos professores José Claudinei Lombardi e Dermeval Saviani no segundo semestre de 2011. Apesar da aula ter recebido o nome “Pedagogia Histórico-Crítica e Fábricas Ocupadas”, e sabendo que dividiríamos a mesa com o Pedro Santinho da Flaskô, que iria se debruçar preferencialmente sobre as Fábricas Ocupadas, tomamos a liberdade de alterar nossa fala para “A educação escolar e não escolar nas Fábricas Recuperadas”.

³ Cabe lembrar que este artigo contou com inúmeras críticas e sugestões dos amigos Lalo Minto, Fabiana C. Rodrigues, Eraldo Batista, Elcio Benini, Édi Benini e Paulo Lima Filho. Nunca é demais lembrar que todos os eventuais “equivocos” devem ser remetidos ao autor, mas agradecemos mais uma vez os comentários recebidos, extremamente necessários para o avanço da teoria e da prática educacional para além do capital.

⁴ Para o debate da autogestão no macrocosmo social, ver Mézáros (2002) e Novaes (2010).

Recebido em abril-13

Aprovado em outubro-13